



## **Biopolítica e subjetivação em *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago**

### ***Biopolitics and Subjectivation in Blindness of José Saramago***

Alex de Araujo Neiva

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo / Brasil

a.a.neiva@gmail.com

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar o espaço em *Ensaio sobre a cegueira* a partir da noção de biopolítica; notadamente busca-se evidenciar os mecanismos de controle que aprisionam as personagens em um espaço de exceção. Procura-se também analisar as formas de resistência frente aos mecanismos de dominação biopolítica, notadamente o modo como as personagens transformam a dor do aprisionamento e da degradação humana em formas de organização coletiva com a gestão dos espaços, distribuição de tarefas e a tentativa de fortalecimento psicológico a partir do uso da memória e da oralidade. Como forma de oferecer subsídios para uma interpretação a respeito de categorias abstratas como poder e morte na obra de José Saramago, recorre-se a discussões fundamentais propostas por teóricos da filosofia política sobre o conceito de biopolítica, mais especificamente Foucault e Agamben.

**Palavras-chave:** biopolítica; subjetivação; Saramago; poder.

**Abstract:** This article aims to analyze the space in *Blindness* on the notion of biopolitics; notably it seeks to highlight the control mechanisms that imprison the characters in an exception space. It also seeks to analyze the forms of resistance to the mechanisms of biopolitical domination, notably the way the characters transform the pain from human imprisonment and degradation into forms of collective organization with the management of spaces, the distribution of tasks and the attempt to strengthen them, through the use of memory and orality. As a way of providing support for an interpretation of abstract categories such as power and death in José Saramago's work, we resort to fundamental discussions proposed by political philosophy theorists about the concept of biopolitics, specifically Foucault and Agamben.

**Keywords:** biopolitics, subjectivation, Saramago, power.

Recebido em: 26 de setembro de 2019.

Aprovado em: 12 de dezembro de 2019.

Em suas entrevistas, textos de intervenção pública e em seus romances, José Saramago notabilizou-se pela defesa dos excluídos, homens e mulheres que não têm voz, por aqueles que são vítimas das injustiças do poder econômico, social e político. Ler a obra de Saramago é ter em vista aquilo que o autor representou como intelectual público, sobretudo por sua faceta política e filosófica.

*Ensaio sobre a cegueira* (1995) é um romance sobre dominação e resistência, sobre as formas de controle e de escape nas quais a vida se produz nas sociedades contemporâneas. O romance pode ser dividido em dois momentos. O primeiro momento descreve o modo como cada personagem perde a visão e adquire aquilo que é designado como cegueira branca: “O cego ergueu as mãos diante dos olhos, move-as, Nada, é como se estivesse num meio de um nevoeiro, é como se tivesse caído num mar de leite, Mas a cegueira não é assim, disse o outro, a cegueira dizem que é negra, Pois eu vejo tudo branco” (SARAMAGO, 2007, p. 13). O segundo momento se dá a partir do confinamento, no manicômio, daqueles que foram afetados pela cegueira; aqui destacaremos sobretudo o núcleo de personagens que se reúnem no consultório do médico oftalmologista, como o primeiro cego, a mulher do primeiro cego, o médico, a mulher do médico (a única personagem que vê), a rapariga dos óculos escuros, o velho com a venda no olho e o rapazinho estrábico.

A noção de biopolítica cumpre aqui uma dupla acepção. Foucault, em reflexões dos anos 1970, refere-se à mudança de um regime geral do poder que se dá a partir da passagem do direito de *fazer morrer e deixar viver* para o *fazer viver e deixar morrer*. No regime da soberania (que vigora até meados do século XVII), o poder se institui a partir da extorsão da riqueza, da apropriação do tempo, dos corpos e da vida, de um poder limitativo e mecânico. Um poder que se constitui a partir da destruição da vida. Já em período posterior, esse poder deixa de se basear na expropriação e extorsão, para ser um poder de incitação, reforço, vigilância e controle das forças que ele submete. Trata-se de um poder que se destina a organizar e desenvolver a produção de forças. Mais do que destruir a vida, esse poder tem como objetivo geri-la. E quando tal poder exige a morte, é em defesa da vida que ele a reivindica. No momento em que

mais se fala em defesa da vida é que curiosamente o mundo verificou um aumento das guerras genocidas: “As guerras não se fazem mais em nome do soberano que é preciso defender; elas se fazem em nome da existência de todos; treinam-se populações inteiras a matarem-se reciprocamente em nome da necessidade de viverem. Os massacres se tornaram vitais” (FOUCAULT, 1999, p. 287). O poder se utiliza da guerra como forma de gestão da vida, dos corpos e da raça. É o discurso sobre a vida, o poder de matar para fazer viver, princípio que se torna estratégia estatal. Se antes se tratava da defesa da soberania do Estado (lógica do soberano), agora se trata de garantir a sobrevivência da população (lógica biológica). O “fazer viver” a que faz referência Foucault, próprio do biopoder, institui-se a partir da disciplina e da biopolítica.

A prática de disciplinarização, analisada em *Vigiar e Punir*, data de meados do século XVII e tem seu surgimento nas escolas, hospitais, fábricas e exércitos resultando na docilização dos corpos, estratégia cujo objetivo é otimizar e integrar os corpos a sistemas de controle (o corpo é visto como corpo máquina). Na forma de dominação biopolítica, que surge no século XVIII, a gestão da vida incide não mais no indivíduo, mas sobre a população enquanto espécie. O corpo está permeado pela dinâmica do vivente, por processos biológicos, pelo nascimento e mortalidade, a saúde, a doença, a longevidade, trata-se da biopolítica da população. “A espécie passa a ser fundamental para as estratégias políticas. A vida e seus mecanismos entram nos cálculos explícitos do poder saber e saber, enquanto esses se tornam agentes de transformação da vida” (FOUCAULT, 2008, p. 68).

Para uma segunda acepção da biopolítica, que se daria a partir de uma acepção positiva, como tentativa de resistência ativa frente ao Império do controle biopolítico, Pál Pelbart destaca a centralidade dos teóricos Negri e Hardt para essa inversão semântica, cultural e política do termo biopolítica. A noção de vida não é apenas definida enquanto processo biológico que afeta a população, mas inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto da contemporaneidade.

Daí a tentação dos autores de inverter o sentido pejorativo do biopoder e da biopolítica, que originalmente incidiria sobre a população e reprodução da vida, e pensarem a partir do corpo biopolítico coletivo, onde se dá a produção e reprodução da vida, levando em conta sua nova potência. A esse corpo biopolítico coletivo, em seu misto de inteligência, conhecimento, afeto, desejo, os autores deram o nome de multidão (PELBART, 2003, p. 83-84).

Pelbart questiona ainda em que medida esse elemento de virtualidade que constitui a multidão pode driblar as estratégias imperiais e neutralizar sua potência explosiva. E a resposta é dada em termos de uma força que se constitui a partir de uma criação de valor, de modalidades de cooperação, de comunidade, mas também de êxodo, de escape e deserção. Pode-se antever aqui aquilo que Deleuze (1991) denomina de biopotência, formas de resistência política da vida sobre o poder assentada em novas configurações enunciativas.

Em *Ensaio sobre a cegueira*, o manicômio é escolhido como o espaço mais apropriado para o confinamento dos cegos. Em diálogo entre o ministro de estado e seu subordinado, são apontadas quatro opções de prisão que nos possibilitam antever instâncias de poder e controle social, a saber: a indústria, o comércio, o quartel e o manicômio.

Sim, senhor ministro, o manicômio, Aliás, a todas as luzes, é o que apresenta melhores condições, porque a par de estar murado em todo o seu perímetro, ainda tem a vantagem de se compor de duas alas, uma que destinaremos aos cegos propriamente ditos, outra para os suspeitos, além de um corpo central que servirá por assim dizer, de terra de ninguém, por onde os que cegarem transitarão para irem juntar-se aos que já estavam cegos (SARAMAGO, 2007, p. 26).

Destaco aqui a expressão “a todas as luzes”, como aquela em que o discurso de poder reivindica para a decisão de construir um campo de concentração no manicômio um fundamento de ordem racional e iluminista, legitimado pelo aparato legal. Trata-se aqui de um poder soberano que, amparado num discurso legal e científico – que se pretende combater o mal da cegueira branca para a preservação do corpo social –, acaba por decidir com o poder de vida e morte sobre o corpo da população, criando um espaço de exceção no qual são confinados os que perdem não só a visão, como a própria cidadania. Para o filósofo italiano Roberto Espósito (2007), a discussão acerca do enigma da biopolítica passa por compreender como a biopolítica – entendida como um conjunto de ações e estratégias para a preservação, a proteção da vida e da subjetividade – pode se transformar numa tanatopolítica, ou seja, supressão de formas de vida tidas como perigosas e deletérias à comunidade.

Qual o efeito da biopolítica? Nesse ponto, a resposta do autor [isto é, Foucault] parece abrir-se em direções divergentes, que apelam para outras duas noções, desde o início implicadas no conceito

de *bíos*, mas situadas no extremo da sua extensão semântica, a de subjetivação e morte. Ambas, em relação à vida, constituem mais do que duas possibilidades. São ao mesmo tempo sua forma e seu fundo, sua origem e seu destino. Mas em todo caso, segundo uma divergência que parece não admitir mediações: ou uma ou outra. Ou a biopolítica produz subjetividade ou produz morte. Ou torna sujeito o próprio objeto ou o objetiva definitivamente (ESPOSITO, 2007, p. 42-43).

Com o objetivo de refletir sobre o enigma da biopolítica, Espósito formula a tese do paradigma imunitário, segundo a qual à semelhança do sistema imunológico de um organismo, a imunização política é uma proteção negativa da vida.

Ora, o espaço do confinamento em *Ensaio sobre a cegueira* é o espaço da ordem, da seleção, da organização a partir de uma lógica imunitária na qual o corpo social é preservado através do isolamento das células defeituosas (cidadãos de segunda classe), daí todo um aparato jurídico, político e midiático que legitima o estado de exceção. O romance problematiza as limitações dos discursos de poder que evocam um discurso da racionalidade e da ciência, conjugados às razões de estado e do mercado, tão comuns nos regimes totalitários como nas democracias neoliberais, como é o caso da atual crise humanitária dos refugiados.

No romance, tal como preconizado por Foucault, o poder reside não apenas num território, mas sobre a população. A vida e a saúde da nação transformam-se num problema político em que o governo se torna um governo de homens e tem como resultado uma crescente animalização, baseando-se sobretudo nas condições precárias de saúde e higiene às quais os cegos são submetidos:

Não era só o cheiro fétido que vinha das latrinas em lufadas, em exalações que davam vontade de vomitar, era também o odor acumulado de duzentas e cinquenta pessoas, cujos corpos, macerados no próprio suor, não podiam nem saberiam lavar-se, que vestiam roupas em cada dia mais imundas, que dormiam em camas onde não era raro haver dejeções (SARAMAGO, 2007, p. 136).

O espaço de confinamento produz a degradação, em que a vida nua é lançada à própria sorte, e os corpos tornam-se coisas, sofrendo como que uma espécie de assujeitamento, cujo grau máximo reside no paradigma do muçulmano, descrito por Primo Levi para designar o ser humano que, com as experiências biopolíticas do nazismo, teve a sua

humanidade destruída, e que sobrevivia desprovido da consciência moral e do sentido social dos afetos e valores sociais, executando diariamente o trabalho escravo até encontrar-se com a morte. É neste sentido que Agamben demonstra que o campo tornou-se o “paradigma”, no momento em que a política tornou-se biopolítica:

Na medida em que os seus habitantes foram despojados de todo estatuto político e reduzidos integralmente à vida nua, o campo é também o mais absoluto espaço biopolítico que jamais tenha sido realizado, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação. Por isso o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-se biopolítica e o homo sacer se confunde virtualmente com o cidadão (AGAMBEN, 2002, p. 178).

Portanto, “vida nua” consiste, nesse caso, na condição que é imposta ao homem por meio da destituição do aporte jurídico-político que lhe garantia, até então, a participação em uma comunidade política enquanto cidadão. Despojado de sua condição de sujeito de direitos, não gozando de qualquer proteção jurídica, o indivíduo fica reduzido a uma existência meramente biológica em um espaço de exceção.

A tomada de consciência no romance ocorre após a completa degradação das personagens e se dá a partir da aprendizagem de novas formas de socialização e partilha num cenário distópico, no qual a violência e a hostilidade fomentam uma espécie de movimento auto-analítico pela busca de uma subjetividade perdida. Uma das formas de resistência ao assujeitamento reside justamente na tomada de consciência acerca da cegueira. A primeira parte do romance descreve como os personagens perderam a visão. Não há qualquer informação sobre o modo de vida da comunidade anterior ao momento da cegueira. Porém sabe-se que a narrativa se passa num ambiente social familiar à maioria dos leitores, notadamente numa sociedade pós-industrial. Pode-se dizer que os principais personagens se tornam individualidades a partir do momento em que são tocados pela cegueira. Após chegar ao dormitório do hospício, o velho com a venda nos olhos sugere que cada um descreva o momento em que perdeu a visão:

[...] ceguei quando estava a ver o meu olho cego, [...] Parece uma parábola, disse uma voz desconhecida, o olho que se recusa a reconhecer a sua própria ausência [...] Quanto mim, disse a

mulher do primeiro cego, a última coisa que me lembro de ter visto foi o meu lenço, estava em casa a chorar, levei o lenço aos olhos e nesse instante ceguei, [...] O meu caso, disse o ajudante de farmácia, foi o mais simples, ouvi dizer que havia pessoas a cegarem, então pensei como seria se eu cegasse também, fechei os olhos a experimentar e quando os abri estava cego, Parece outra parábola, falou a voz desconhecida, se queres ser cego, sê-lo-ás. Ficaram calados (SARAMAGO, 2007, p. 129).

Revisitar o instante em que cada personagem foi acometida pela luz branca da cegueira, bem como os comentários de uma voz desconhecida, que aqui é muito próxima à forma do coro grego, evidencia o fato de que a perda da visão está associada ao momento em que cada indivíduo reflete sobre a capacidade de ver. O que seria essa faculdade de ver senão ver com outros olhos, ou ver de uma maneira que os torne livres das antigas amarras que os impossibilitam de ver com clareza. Assim, a metáfora do olho que vê a própria cegueira representa uma espécie de movimento especular em que a consciência se exterioriza e é capaz de antever um estado de cegueira anterior a toda cegueira, uma perda de visão coletiva que em parte se deve aos modos de vida que a sociedade contemporânea adota. Temos duas parábolas: a do olho que se recusa a ver a sua própria ausência e aquele que quer se tornar cego. O velho com a venda nos olhos deseja contemplar a cegueira enquanto ela afeta um de seus olhos; já o atendente da farmácia emprega meios de recriar o momento em que perdeu a visão e como se deu o processo de internalização da cegueira. Conforme afirma uma voz não identificada: “[...] já éramos cegos no momento em que cegamos (SARMAGO, 2007, p. 131)”. Esta espécie de voz coletiva, como um Deus, sugere que um tipo de cegueira preexiste à cegueira física. Tanto o velho da venda nos olhos como o atendente de farmácia perderam a visão no instante em que se tornaram conscientes da sua própria cegueira. Na narrativa saramaguiana, os personagens são subjetividades que adquirem, de maneira lenta, autoconsciência. O exercício de voltar ao instante da cegueira se dá por meio da memória e da linguagem, recursos que funcionam como uma espécie de terapia coletiva. E tal dinâmica se dá menos por uma ideologia externa, do que por uma instância de poder que é sentida a partir do corpo.

A perda da visão é um processo de individualização em que os personagens se movem de uma pretensa percepção de universalidade para o subjetivo, e a cegueira é sentida de diferentes maneiras em cada

corpo. Este aspecto da narrativa faz ecoar aquilo que Foucault entende por trabalho do poder. Foucault (1991, p. 78) afirma em *Vigiar e punir* que os indivíduos transformam-se em sujeitos à medida em que o poder se realiza e se internaliza em seus corpos. Se, por um lado, há um tipo de poder que se manifesta a partir do corpo, por outro lado, o corpo, que é mediado pelo processo de subjetivação, se constrói a partir de uma intrincada rede de discursos de poder. O corpo é, portanto, um elemento fulcral em que o poder e o discurso se interseccionam. O ponto de vista de Foucault sobre a subjetividade pode nos dar pistas sobre a cegueira no romance de Saramago. A descrição do sofrimento físico impingido às personagens é complementada por uma construção social e discursiva a respeito da epidemia. A mulher do médico acredita que ver sem ser vista não é um ato ético. Ela rejeita aquilo que se configura como uma posição de poder sobre o corpo, realizando, portanto, uma prática oposta ao do panóptico. Ela detém um poder sobre os outros, mas o usa de uma maneira responsável, em benefício da coletividade. Se ela, de certa forma, escolhe ver, sua escolha se dá não porque quer ser um instrumento de controle, mas para ajudar os cegos, tornando-se guia e auxiliando o grupo de cegos a sua volta. Foucault ressalta a existência de um mecanismo de dominação não disciplinar. O caso da cegueira no romance de Saramago evidencia uma combinação de mecanismos de dominação disciplinar com um discurso e seus esforços de manipulação biopolítica.

Nos métodos empregados pelo governo para prevenir que o contágio se espalhasse pela cidade, evidenciam-se os mecanismos de controle biopolítico, sobretudo na mensagem governamental veiculada no alto falante do hospício.

O governo lamenta ter sido forçado a exercer energeticamente o que considera ser o seu direito e seu dever, proteger por todos os meios as populações na crise que estamos a atravessar, [...] abandonar o edifício sem autorização significará a morte imediata, [...] em caso de incêndio, seja ele fortuito ou intencional, os bombeiros não intervirão, [...] em caso de morte, seja qual for a sua causa, os internados enterrarão sem formalidades o cadáver na cerca[...] O Governo e a Nação esperam que cada um cumpra o seu dever (SARAMAGO, 2007, p. 49-51).

O poder aqui é exercido não apenas sobre simples indivíduos, mas se refere toda a população. Ao invés de invocar o direito sobre a vida e a morte dos sujeitos, o governo justifica a ação pela proteção da sociedade



contra a praga da cegueira branca. As autoridades escondem o seu poder violento e despótico por uma ideia de senso de responsabilidade que invoca o dever de proteger os cidadãos da epidemia da cegueira. Há uma espécie de legitimação de uma ética da destruição em que se deixa de lado a preservação da vida por um ideal de imunização coletiva. Institui-se a discriminação de estado a partir da diferenciação de cidadãos de primeira e segunda classe, numa oposição binária, numa estratégia de poder biopolítico que opera sobre o corpo social. A mensagem governamental veiculada diversas vezes no autofalante torna-se símbolo da inaptidão estatal diante da calamidade e acompanha a progressiva degradação das condições de vida no hospício. A interrupção da mensagem coincide com o colapso de todas as formas de governo, pois quase que a totalidade da cidade se tornou cega.

A despeito das semelhanças entre as discussões apresentadas em *Ensaio sobre a cegueira* e as reflexões de Foucault a respeito de técnicas de dominação, a alegoria saramaguiana se move num cenário para além do universo de George Orwell de total subordinação social ao poder. A segunda parte do romance marca o fim do controle panóptico, com a cegueira total da população. Entretanto, o desaparecimento de uma instância unitária de poder não é capaz de anular totalmente os mecanismos de poder, sobretudo a partir da persistência de uma situação de exceção que evidencia a disciplina e o controle sobre os corpos. O romance sugere que a subversão dos mecanismos de poder a partir da subjetivação não pode ser relacionada a um indivíduo isolado, mas se deve a um esforço de realização coletiva.

A crise sobre a visão retratada em *Ensaio sobre a cegueira* pode ser entendida como uma impossibilidade momentânea de reconstituição da subjetividade que se ampara num estatuto de racionalidade do poder. Incapaz de enfrentar o problema como uma prática política e subversiva, a subjetividade individual é arrastada pelos mecanismos de dominação do poder. O romance de Saramago se configura como uma alternativa de resistência de um sujeito coletivo. No momento em que se torna cego, ele coincide com sua própria entrada na subjetividade, e alguns personagens da narrativa dispõem de um senso de subjetividade que se baseia em suas interações sociais. A descoberta da coletividade se dá a partir da deterioração do espaço do hospício. Quando a gangue de cegos toma posse dos alimentos e exige pagamento pela continuação do fornecimento da comida, esta comunidade, liderada pela mulher do

médico, invoca o “sagrado princípio da propriedade coletiva” e recorre à noção marxista de justiça:

Daremos todos e daremos tudo, disse o médico, E quem não tiver nada para dar, perguntou o ajudante de farmácia, Esse, sim, comerá do que os outros derem, é justo o que alguém disse, de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades (SARAMAGO, 2007, p. 141-142).

Na passagem de um direito de posse individual para a propriedade coletiva, a cegueira é um fator de expropriação, que marca o limite entre o velho e um novo sistema de valores. Com vistas a criar uma coletividade, é preciso passar por aquilo que, nas palavras do médico, envolve dar todos e dar tudo de acordo com as possibilidades de cada um, o que evidencia que apenas a partir de uma organização coletiva da massa de cegos é que se cria uma subjetividade capaz de julgar e criar princípios eficazes de ação. Um ponto que apresenta esse novo paradigma de comunidade no romance está no grupo formado por mulheres que oferecem seus corpos aos bandidos em troca de comida. Após serem torturadas durante a noite, elas retornam aos seus quartos, quando uma delas morre de um ataque cardíaco. A mulher do médico descreve o corpo desta forma:

Levantou em braços o corpo subitamente desconjuntado, as pernas ensanguentadas, o ventre espancado, os pobres seios descobertos, marcados com fúria, uma mordedura num ombro, Este é o retrato do meu corpo, pensou, o retrato do corpo de quantas aqui vamos, entre estes insultos e as nossas dores não há mais do que uma diferença, nós, por enquanto, ainda estamos vivas (SARAMAGO, 2007, p. 178-179).

A dor inscrita no corpo da mulher morta corresponde às marcas impressas na pele e na psique de cada vítima. As mulheres voltam a seus quartos juntas, dando-se as mãos e carregando o cadáver, enquanto se confortam com um pequeno gesto de apoio. Essa ajuda mútua representa uma resposta à violência a que elas haviam sido submetidas. A subjetividade coletiva que surge a partir dos protagonistas de *Ensaio sobre a Cegueira* se desenvolve na segunda parte do romance, após as personagens deixarem o hospício e terem que vagar pelas ruas da cidade em busca de alimentos e abrigo. Os eventos causados pela cegueira levam o grupo a pensar que a única forma de resistência se dá a partir da união de todos: “Voltemos à questão, disse a mulher do médico, se

continuarmos juntos, talvez consigamos sobreviver, se nos separarmos seremos engolidos pela massa e destróçados” (SARAMAGO, 2007, p. 245). A cegueira faz os personagens entenderem que o conceito de autonomia individual é uma ficção. A situação apresentada no romance acentua o fato de que a coletividade deve ser o princípio de organização de uma sociedade mais justa. Afonso Lingis (2004, p. 121) descreve o nascimento de uma “coletividade em termos de uma comunidade cujos membros não têm nada em comum”. Para Lingis, não ter nada em comum é ser absolutamente diferente de outras pessoas, mas também significa compartilhar com os demais a condição de ser para a morte.

Na cena que se dá a partir do incêndio do manicômio, evidencia-se uma dimensão apocalíptica em que o fogo é o elemento que corrói a velha estrutura racional e labiríntica do hospício e marca a transição de uma organização social forjada no exercício do poder soberano para uma sociedade pós-apocalíptica na qual impera a responsabilização individual em meio a ruínas:

Então, para simplificar, aconteceu tudo ao mesmo tempo, a mulher do médico anunciou em altas vozes que estavam livres, o telhado da ala esquerda veio-se abaixo com medonho estrondo, esparrinhando labaredas por todos os lados, os cegos precipitaram-se para a cerca gritando, alguns não conseguiram, ficaram lá dentro, esmagados contra as paredes, outros foram pisados até se transformarem numa massa informe e sanguinolenta, o fogo que de repente alastrou fará de tudo isto cinzas. O portão está aberto de par em par, os loucos saem (SARAMAGO, 2007, p. 210).

A mulher do médico, como consciência coletiva, anuncia a libertação dos cegos, aqui não mais em direção a uma terra prometida, mas a uma realidade catastrófica em que persistem os instintos do homem em seu estado de natureza numa sociedade sem estado e na qual a memória não tem mais lugar. A cidade se torna um espaço vazio marcado pela anomia e pelo apagamento das referências de significação.

Diz-se a um cego, Estás livre, abre-se-lhe a porta que o separava do mundo, Vai, estás livre, tornamos a dizer-lhe, e ele não vai, ficou ali parado no meio da rua, ele e os outros, estão assustados, não sabem para onde ir, é que não há comparação entre viver num labirinto racional, como é, por definição, um manicômio, e aventurar-se, sem mão de guia e de trela de cão, no labirinto

dementado da cidade onde a memória para nada servirá, pois apenas será capaz de mostrar a imagem dos lugares e não os caminhos para lá chegar (SARAMAGO, 2007, p. 211).

Aqui se estabelece a comparação entre o labirinto racional do manicômio e o labirinto dementado da cidade. O labirinto racional do manicômio é uma espécie de princípio organizativo do espaço de exceção, como um conjunto de regras que disciplina e incide sobre os corpos, evidenciando um caráter de exclusão inclusiva na relação entre *vida nua* e poder soberano. Nos termos de Agamben, pode-se pensar nos cegos como *hominisacer*, pois a estrutura da *sacratio* resulta da conjunção de dois aspectos: a impunidade da matança (no caso, a desumanização imposta aos cegos) e a exclusão do sacrifício (os cegos não são mortos, mas são abandonados como mortos-vivos). No caso do *homo sacer*, uma pessoa é simplesmente posta para fora da jurisdição humana sem passar para a divina e, por conseguinte, pode-se estabelecer relação entre a *sacratio* e a soberania, já que “esta é a esfera na qual se pode matar sem cometer nenhum homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, mutável e insacrificável é a vida que foi capturada nesta esfera (AGAMBEN, 2004, p. 25). Ora, o comportamento dos cegos em *Ensaio sobre a Cegueira* nos permite antever a caracterização do bando, como um corpo abandonado à própria sorte que sente medo, frio e fome e que age por instinto.

Segundo o narrador saramaguiano, “os cegos agem no labirinto dementado da cidade onde a memória para nada servirá, pois apenas será capaz de mostrar a imagem dos lugares e não os caminhos para lá chegar” (SARAMAGO, 2007, p. 211). O labirinto dementado da cidade opera numa reduplicação de imagens das memórias individuais e coletivas dos cegos, mas estas se tornam inócuas, pois estão presas a uma realidade especular anterior à fase da distopia.

Os cegos deambulam pela cidade e encontram um espaço devastado, em que se evidencia uma realidade fantasmagórica. Institui-se a partir disso um outro espaço-tempo margeado pelos silêncios que marcam a narrativa. “A música acabou, nunca houve tanto silêncio no mundo, os cinemas e os teatros só servem a quem ficou sem casa e já desistiu de a procurar” (SARAMAGO, 2007, p. 232). Os cinemas, teatros e museus transformam-se em abrigos à população desamparada. A arte, portanto, perde a sua função principal, porque não teria mais os seus interlocutores, mas ganha uma outra função porque se transforma num espaço de acolhimento.

O grupo de cegos segue à casa da rapariga dos óculos escuros, e encontra um cenário de devastação, com escassez de alimentos e excesso de sujeira. São atendidos por uma “velha magríssima, só a pele sobre os ossos, esquelética, de enormes cabelos brancos desgrenhados”. Se por um lado a velha representa o estado de degradação total a que o homem é submetido pelo estado de exceção da política contemporânea, por outro, numa dimensão do fantástico, ela é a expressão do horrendo e do grotesco, representando uma espécie de guardiã daquele espaço infernal. “Quem é esta bruxa, perguntou o velho da venda preta, são coisas que se dizem quando não sabemos ter olhos para nós próprios, vivesse ele como ela tem vivido, e queríamos ver quanto lhe durariam os modos civilizados”.

Agamben procura advertir que, do ponto de vista da soberania, somente a vida nua é autenticamente política. E o bando, por sua vez, é a força, simultaneamente atrativa e repulsiva, que liga os dois polos da exceção: a vida nua e o poder, o *homo sacer* e o soberano. Deste modo, argumenta que é esta estrutura de bando que se deve aprender a reconhecer nas relações políticas e nos espaços públicos.

Em meio a estas relações que soçobram no espaço do romance de *Ensaio sobre a Cegueira* encontra-se a vida exposta como tal a uma violência sem precedentes, mais precisamente nas formas mais profanas e banais. A sacralidade, por sua vez, seria uma linha de fuga ainda presente na política contemporânea, que, como tal, se deslocaria em direção a zonas cada vez mais vastas e obscuras, até coincidir com a própria vida biológica dos cidadãos na era da biopolítica.

## Referências

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. Trad. Iraci Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.

BERRINI, B. *Ler Saramago: o romance*. Lisboa: Editorial Caminho, 1998.

ESPOSITO, R. *Bios: biopolítica e filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Power: the essential works of Foucault 1954-1984*. v. III, edited by James D. Faubion. New York: The New Press, 2001.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. doi: <https://doi.org/10.5628/rpcd.01.03.03>

LEVI, P. *É isto um homem?* Trad. Luigi del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LINGIS, A. *The Community of Those Who Have Nothing in Common*. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

PELBART, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SARAMAGO, J. *As intermitências da morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARAMAGO, J. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARAMAGO, J. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SARAMAGO, J. *Cadernos de Lanzarote*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.